

Livro n.º 7
Folha 65
ff



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2015/06/26

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Carvalheira, realizou-se a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e quinze da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta de aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro;-----**
- 3. Análise e votação de Proposta de delegação de competências sobre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso;-----**
- 4. Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze;-----**
- 5. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas do segundo semestre de dois mil e quinze.-----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Guilherme Coelho Alves, assumiu a presidência da Mesa e dos trabalhos desta sessão, agradecendo, desde logo, à Junta de Freguesia de Carvalheira o convite e a disponibilidade para acolher, no dia de hoje, a assembleia municipal. Como é costume, o Sr. Vítor Fernandes assumiu o lugar de Primeiro Secretário e a Sra. Clara Sousa, conforme justificação legal que de seguida se apresentou, o lugar de Segunda Secretária.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Srs. Vereadores Dr.ª Liliana Machado, Dr. António Afonso e Professor António Cunha. Estiveram presentes os

membros constantes do livro de presenças em uso nesta assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado as faltas justificadas da senhora deputada Marinha Esteves, que foi substituída, nos termos da Lei, pelo senhor deputado Rui Manuel da Costa Luís, da senhora deputada Sónia Coura, que foi substituída, nos termos da Lei, pela senhora deputada Eva Sousa, da Sra. Presidente das Junta de Freguesia do Campo do Gerês que foi substituída pelo Secretário da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, senhor Sérgio Gabriel Monteiro Ferraz, do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende que foi substituído pela Secretária da Junta de Freguesia de Valdosende, senhora Cláudia Manuela Pereira e ainda as faltas do senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Covide e Gondoriz.-----

---- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia. O senhor Vítor Fernandes informou que a senhora deputada Maria José Andrade, eleita na lista da coligação PSD/CDS-PP, apresentou um pedido de renúncia de funções do mandato de membro da assembleia municipal, ao abrigo do número um do artigo setenta e seis da lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro. Informou também sobre as faltas justificadas das senhoras deputadas Marinha Esteves e Sónia Coura, além da justificação da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês; referiu igualmente o convite da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para as cerimónias do aniversário da elevação do Gerês à categoria de Vila, um pedido de reunião do Sindicato dos Professores do Norte e, finalmente, as comunicações e informações enviadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo colocado as mesmas à disposição para consulta. -----

---- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que não mereceu qualquer intervenção e foi, logo de seguida, apresentada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: Manuel Joaquim Sousa, José Alberto Martins, António Lages, Alexandre Pereira e João Luís Esteves. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por conceder a palavra ao senhor deputado Manuel Joaquim Sousa conforme intervenção que de seguida se transcreve:-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Caros cidadãos,-----

----- Os meus agradecimentos à Junta de Freguesia de Carvalheira por nos ter recebido para esta Reunião de Assembleia Municipal. Começo esta intervenção por felicitar o Executivo pela realização dos eventos Gerês Trail Adventure e pelo Gerês Grandfondo, que foram um sucesso e que permitiram captar inúmeros participantes e a aumentar a projeção do Gerês a nível internacional. Gostaria que iniciativas de igual valor também existissem do lado de Terras de Bouro, de forma a projetar ainda mais o nome de todo o concelho e para que as populações desta zona do concelho beneficiem de eventos que o Gerês felizmente beneficia. Sei que existem atividades como a Feira do Cabrito Biológico, mas ainda aquém da projeção dos restantes. Na sessão de 26 de Setembro de 2014, o Senhor Presidente, perante a minha questão sobre falhas no abastecimento de água pública, reconheceu existe um grande problema de abastecimento de água e que seria também uma das preocupações que tinha por resolver. O que tem sido feito para resolver este grave problema? Está em condições de garantir que, perante o Verão seco que as previsões apontam, o abastecimento de água esteja assegurado? Em relação ao Centro Interpretativo da Serra Amarela gostaria de saber em que fase se encontra – se está pronto para funcionar? Quantas pessoas estão previstas para trabalhar neste edifício? O que haverá exatamente de diferente neste centro interpretativo, tendo em conta a existência de um a poucos quilómetros, no Campo do Gerês. A minha preocupação em relação a esta obra, onde são gastos fundos comunitários que são mais necessários noutras áreas, está relacionada com a precariedade do contrato de comodato celebrado entre a autarquia e a EDP - relembro com período inicial de 5 anos, que termina em fevereiro de 2017 -, não acautela os investimentos de centenas de milhares de euros; até porque sabemos da existência de uma proposta de exploração do local para fins comerciais, apresentada junto da EDP, para quando terminar este prazo de 5 anos, em que em troca de uma renda mensal. O licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente permite a construção, já efetuada pela autarquia, e permite outras explorações desde que aprovadas pelas entidades licenciadoras. -----

----- Falando em precariedade, continua a preocupar-me a insegurança laboral existente na autarquia e a constante insegurança que muitos funcionários têm porque

vivem dependentes dos recibos verdes, sem qualquer estabilidade e com isso tenham de "viver ajoelhados" aos pés do senhor presidente, que pelos vistos admite ou dispensa tendo por base a orientação política dos mesmos. Afinal que critérios de seleção é que existem? Vamos continuar com esta forma de contratação? Na sessão anterior, aquando da análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas de 2014, manifestei a minha preocupação acerca do aumento das dívidas a terceiros em 400% - ou seja, de 73 mil para 401 mil Euros. Afinal tinha razão quando manifestei a preocupação de algumas pessoas que se queixaram em relação a pagamentos em atraso e que afinal a autarquia até tem conhecimento contrariamente ao afirmado. Existe algum plano de pagamentos previsto, de forma a contornar esta tendência ou vamos continuar a assistir à subida destes valores? Lembre-se senhor presidente que muito nos apregoa que prefere entregar obras, contratar serviços a empresas do concelho, mas se não lhes paga como sobrevivem?-----

---- Em relação à dívida dos 60 mil Euros da ACF com o município de Terras de Bouro, o senhor presidente informou esta assembleia que foi lançado um processo de execução da dívida. Porque foram precisos quase 6 anos a instaurar um processo de execução de dívida? Na altura em que tomou a decisão da autarquia receber o valor pelo terreno, em que moldes foi feita a negociação desse pagamento? Não foi acautelado o possível incumprimento ou pagamento faseado do valor? A decisão da altura terá sido precipitada? Segundo a certidão da penhora ao edifício, este tem dívida a outros credores com valores muito superiores ao da Câmara de Terras de Bouro. Perante esta situação acredito que o Município vai ser a última preferência no pagamento e o seu desfecho venha a aumentar os encargos municipais.-----

Obrigado.-----

---- Fim de transcrição e consequente intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.

---- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor deputado José Alberto Martins segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Pousada de Paradela-----

Temos conhecimento que foi submetido um requerimento à CM e que nunca teve qualquer despacho. Pretendiam ali instalar um Centro de Alto rendimento.-----

Granfondo-----

Senhor Presidente, quem faz a gestão integrada destas iniciativas? Fazemos a pergunta porque não entendemos não ser razoável haver quatro eventos num só dia e há dias sem evento absolutamente nenhum.-----

Estradas e caminhos.-----

Os caminhos estão com muita barba. Se queremos atrair as pessoas ao concelho temos de ter tudo limpo!-----

Casa dos Bernardos-----

Trata-se de um equipamento a necessitar de manutenção. Nestas condições não é apelativo para os turistas.-----

Suportes publicitários.-----

O Senhor Presidente tem desvalorizado este aspeto nas nossas intervenções. São exemplos Moimenta e Rio Caldo. Estes suportes para além de não a transmitir informação, estão com um aspeto desazado. A casa não está arrumada.-----

----- Fim de transcrição e consequente intervenção do senhor deputado José Alberto Martins. -----

----- Inteveio de seguida o senhor deputado António Lages conforme intervenção que, de seguida se transcreve:-----

----- Como é do conhecimento de todos, decorreram nos últimos meses, alguns eventos importantes para a vida do nosso concelho. Assim, gostaria de enaltecer e dar os parabéns ao executivo municipal pelas inúmeras atividades que tem sido levadas a efeito, que tem divulgado e promovido o concelho, estes eventos acrescentam valor à economia local, minimizam as dificuldades do comércio em época baixa e criam emprego, para pessoas que dele necessitam. Queria deixar aqui também o nosso apreço pelas pessoas que organizam estas atividades, em particular ao Dr. Flípe Pires pela coordenação que tem resultado na alta qualidade dos eventos. Palavra extensível à GNR, aos Bombeiros à Cruz Vermelha e a todos os voluntários pelo seu profissionalismo, apoio e envolvimento, contribuindo assim para êxito da organização. Um agradecimento especial "ao público e espectadores, que envolvidos pela dinâmica das provas, demonstraram um profundo respeito pelos participantes, tendo assistido de forma animada, dando assim testemunho da sua satisfação. Tratou-se de mais uma edição destes eventos onde a vontade de melhor a qualidade se traduziu plenamente, ficando assim salvaguardados todos os objetivos que foram enumerados nestes projetos desportivos! Assim, conclui-se que foi possível, uma vez mais, afirmar e projetar nacional e internacionalmente o Concelho fomentando e dinamizando a nossa cultura e turismo. Manifesto também o nosso apreço pela adesão dos comerciantes, pela dinâmica que imprimiu à economia local, criando condições para uma economia criativa, que garanta emprego as populações residentes. O Sucesso

deve-se a todos e cientes disso mesmo, esperamos que voltem em 2016. Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado António Lages. -----

---- De seguida, o senhor deputado Alexandre Pereira interveio para abordar a questão do funcionamento da assembleia municipal e de como, por vezes, os senhores presidentes das juntas de freguesia aqui são referidos. Segundo o senhor deputado e cita-se "parece haver uma sobreposição das funções dos senhores deputados em relação aos senhores presidentes das juntas de freguesia o que não é bom para estes", fim de citação e intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira.

---- Ainda neste período, usou da palavra o senhor deputado João Luís Esteves para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o valor da hipoteca do terreno em questão no Parque da Vila e se já sabe o valor da mesma. Continuando, o senhor deputado perguntou, relativamente à via romana da Geira, se o que esteve em causa foi apenas uma limpeza ou se se tratou, realmente, de uma intervenção com requalificação e para quando está prevista a conclusão destes trabalhos. De seguida, o senhor deputado João Luís Esteves abordou a falta de sinalética em alguns trilhos, o seu mau estado de conservação, pelo menos de alguns deles e ainda, sobre este assunto, o porquê do Trilho das Casarotas não estar disponível na página eletrónica do município. -----

---- Por último, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Souto usou igualmente da palavra para abordar a situação da vacinação rábica no concelho e a forma como tem vindo a ser realizada, já que seria útil, pelo menos na sua freguesia, que fosse possível repetir a campanha de vacinação. -----

---- Após estas primeiras intervenções, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara, não sem antes dirigir uma saudação extensiva a todos e muito em particular ao executivo da Junta de Freguesia de Carvalheira a quem agradeceu o convite e a disponibilidade para receber a assembleia municipal. -----

---- Relativamente às intervenções e sobre as questões do senhor deputado Manuel Sousa, do MPT, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer as palavras refentes ao sucesso das recentes iniciativas culturais e desportivas e que, efetivamente, são eventos que muito têm projetado o concelho, tanto a nível nacional, como internacional e que só vêm comprovar a importância da aposta neste tipo de acontecimentos e o reconhecimento pelo esforço do município neste sentido. Com efeito, os recentes acontecimentos e a forma bem-sucedida como têm decorrido, fizeram mesmo com que o Comité Internacional de Atletismo contactasse a Câmara

Municipal para a eventual possibilidade e disponibilidade em receber o Campeonato Mundial de Trail, algo muito importante e que aguarda desenvolvimentos, mas que é sintomático da importância que Terras de Bouro e o Gerês têm vindo a ganhar nesta área, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. No que diz respeito à localização de eventos no concelho, a verdade é que no Vale do Homem também têm decorrido alguns acontecimentos, como a recente Prova de BTT realizada pela Associação de Chorense, que até contou para o campeonato nacional da modalidade, mas a verdade é que a maioria das organizações dos eventos desportivos e outros preferem sempre utilizar a marca "Gerês". Continuando e sobre a situação do abastecimento de água ao domicílio no concelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para informar que através do programa *Portugal 2020* – Fundos Comunitários, o Município apresentará projetos com uma verba significativa no âmbito do abastecimento de água e alargamento das redes de saneamento básico. Mais informou o Senhor Presidente que a câmara municipal tudo está a fazer e fará, especialmente nesta época, para que não falte a água nas casas dos munícipes, efetuando novos furos e reforçando a rede já existente. Já quanto ao Centro Interpretativo da Serra Amarela, cuja requalificação veio trazer aquele espaço um aspeto muito mais agradável e condizente com a envolvente, vai ser cedido à Junta de Freguesia do Campo do Gerês e terá dois funcionários durante o verão e todos os dias, aguardando-se a resolução do problema de fornecimento da energia elétrica para entrar em funcionamento. O investimento na obra foi de cento e cinquenta mil euros com uma comparticipação dos fundos comunitários a oitenta e cinco por cento, com o contrato de cedência da estrutura pela EDP ao Município pelo período de cinco anos, renovável automaticamente por iguais períodos, até trinta e um de dezembro de dois mil e cinquenta e dois, isto é, pelo período de quarenta anos, e só assim foi possível o financiamento desta obra pelos fundos comunitários, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Aliás, prosseguiu o senhor presidente, igual situação permitiu a requalificação da Praceta Honório de Lima, na Vila do Gerês e são dois bons exemplos, com sucesso, da reversão do privado para o interesse público. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou não acreditar que a EDP, como entidade de bem que é e com a qual sempre se manteve as melhores relações, se aproprie do espaço, sem mais, ao fim dos quarenta anos protocolados no contrato de comodato. Já no que diz respeito à "suposta orientação política" relativamente aos trabalhadores a recibos verdes, o Senhor Presidente da Câmara

Municipal refutou claramente essa afirmação, pois o município não se orienta dessa forma e, além disso, nem sequer é possível, como todos sabem, abrir vagas para o quadro de pessoal ou fazer contratos de trabalho por tempo determinado, pois este Governo terminou com os contratos de trabalho, o que impossibilita a contratação de trabalhadores sem ser pela forma de prestação de serviços, os denominados "recibos verdes". Mais disse sobre esta matéria que todos os funcionários que a câmara municipal dispõe atualmente nestas condições, são de extrema importância pela carência que existe de trabalhadores para os serviços externos, fruto da proibição de contratação imposta pelo poder central. De seguida e ainda sobre as questões do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se ao assunto das dívidas a terceiros por parte do município e de como tal situação não é uma preocupação, referindo, inclusive, que os pagamentos referentes ao mês de abril estão quase finalizados o que coloca o município na lista das instituições que cumprem as suas obrigações. Também não é menos verdade, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que por vezes é necessário estabelecer prioridades nos pagamentos, por situações de emergência social, por exemplo, mas sempre dentro do que a lei estipula no que aos prazos diz respeito. Assim, está em condições de afirmar que não há dívidas a ultrapassar os noventa dias e se tal acontecesse é que seria grave. Ainda sobre o aspeto económico, o Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou o aspeto das empresas em Terras de Bouro, nomeadamente as de construção, se aguentarem muito bem face à crise económica do país e, além disso, o município também contribui para a sustentabilidade das empresas locais ao entregar as intervenções necessárias às empresas do concelho, como foi o recente caso da requalificação da via romana da Geira. O facto de a câmara municipal cumprir atempadamente com as suas obrigações faz com que as próprias empresas contactem os serviços municipais para se inteirar da realização de obras futuras, o que é, sem dúvida, um bom sinal, informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. No que diz respeito à dívida da ACF para com o Município, a situação passa pelo facto de as instituições de crédito terem prioridade sobre a recuperação dos valores a que têm direito e a câmara municipal fez e fará o possível para recuperar o que é seu. O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez também questão de referir o que a empresa ACF fez pelo concelho e nomeadamente na vila de Terras de Bouro, contribuindo para o desenvolvimento da mesma mas, na verdade, chegados a esta fase de processos de execução fiscal, o município terá que reclamar o que é seu por lei.-----

----- Seguidamente e sobre a intervenção do deputado José Alberto Martins, o Sr. Presidente agradeceu as palavras de reconhecimento pelo sucesso e visibilidade das recentes provas desportivas no concelho e já relativamente à calendarização dos eventos em Terras de Bouro, uma vez que não são organizados pela câmara municipal, a sua realização em simultâneo ou em datas próximas é algo que "ultrapassa o município". No que concerne à limpeza das vias, ela está a ser feita, dentro das possibilidades e espera-se, nos próximos quinze dias, que os trabalhos estejam concluídos. Aliás, sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu às juntas de freguesia o esforço desenvolvido para que os espaços públicos estejam em condições quanto à limpeza. Sobre as estruturas municipais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Casa dos Bernardos está esgotada para os próximos meses e que talvez tenha a necessidade de ser intervencionada na capela, mas o resto funciona muito bem. Sobre o edifício incluído no projeto *Natur Park* a resposta já foi dada anteriormente e relativamente à possibilidade de se alugar uma embarcação para este período, tal não é exequível. Mais informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que enquanto o baroco "Rio Caldo" não estiver em condições de navegabilidade e de legalidade, não voltará à barragem da Caniçada. A embarcação está a ser alvo de uma intervenção em Vila do Conde e voltará, como já foi referido, quando o processo burocrático e as obras de requalificação estiverem concluídos. Pode haver a possibilidade de se recorrer aos fundos comunitários para financiar esta operação, informou o Senhor Presidente, tendo agora de ser analisada a melhor forma de enquadrar e apresentar essa candidatura. Sobre a situação de "esgotos a céu aberto" no concelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse desconhecer tal situação e quanto à "cultura de excelência" apregoada pelo senhor deputado, tanto a câmara municipal como a assembleia municipal primam pelo esforço de alcançar essa "cultura de excelência", como foi referido pelo senhor deputado. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou que não existe nos serviços municipais nenhum requerimento para instalação de um centro de alto rendimento desportivo na ex-Pousada da EDP em Paradela, Valdosende, tendo acontecido apenas algumas conversas de um possível promotor mas sem concretização da intenção. A verdade é que a câmara municipal não tem capacidade financeira para concretizar projetos nesse âmbito e, por isso, foram contactados grupos ligados à área do turismo e da hotelaria, como a Visabeira, a Amorim Turismo e o Grupo Pestana, entre outros, desenvolvendo assim o

município esforços para que se concretize a recuperação desse edifício que poderá criar alguns postos de trabalho em Terras de Bouro o que é uma das preocupações do executivo municipal, frisou o Senhor Presidente. -----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado António Lages, o Senhor Presidente agradeceu a mesma e aproveitou a ocasião para agradecer e reconhecer também o apoio das juntas de freguesia nos locais de abastecimento das provas desportivas, com referências bastante elogiosas deixadas pelos participantes a respeito dos apoios e da animação das provas promovidos pelas juntas de freguesia. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não iria efetuar considerações sobre os comentários proferidos e acrescentou que os senhores presidentes das juntas de freguesia estão em constante contacto consigo para apresentarem as inúmeras situações e problemas que afetam as suas áreas de intervenção e que são resolvidas e solucionadas dentro das possibilidades, como é óbvio. -----

----- Posteriormente e sobre as questões do senhor deputado João Luís Esteves, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que o valor da hipoteca do terreno que o Município adquiriu para a construção do Parque da Vila é de dez mil euros. Quanto à via romana da Geira, património nacional, referiu que está a ser limpa em toda a sua extensão e requalificada em alguns pontos onde houve queda de muros de suporte ou de pedras de muros laterais. Trata-se de um excelente trabalho, financiado pelos fundos comunitários, intervenção que orça em trinta e três mil euros. No que diz respeito à sinalética dos trilhos, está a ser melhorada com o apoio da Associação Gerês Viver Turismo. Relativamente ao Trilho das Casarotas, informou ter sido já contactada a *ADERE Peneda Gerês* sobre a situação do mesmo, pois foi essa entidade que coordenou as ações físicas e financeiras da construção desse trilho uma vez que é um trilho comum a Terras de Bouro e a Ponte da Barca, e os serviços de informática do Município estão a organizar uma nova página web onde constarão todos os trilhos do concelho. Por isso, a falta de informação sobre esse trilho na página web do município será resolvida. -----

----- Sobre as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que a senhora veterinária municipal, Dr.ª Sandra Mendes, enviou um ofício às juntas de freguesia onde informou que se o número de animais a vacinar se justificar, ela deslocar-se-á às freguesias, caso contrário a vacinação terá mesmo que ser na sede do concelho, mediante contrato prévio com a veterinária municipal. -----

----- Ainda nesta sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal abordou outros temas como: a realização, já este fim de semana, da Feira do Cabrito, onde decorrerá a receção oficial ao Senhor Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, seguida de jantar, momentos para os quais todos os elementos da assembleia municipal estão convidados; a presença da seleção nacional de basquetebol, categoria de *sub-18* feminino, em Terras de Bouro para realizar um estágio de preparação e onde defrontará, no Pavilhão Municipal, a sua congénere da Bélgica e que se saúda tal presença no concelho; a importância da inauguração do Centro de Atividades Ocupacionais de Souto (CAO), demonstrando o Senhor Presidente da Câmara Municipal o seu orgulho por termos uma resposta social desta natureza em Terras de Bouro e fez questão de dar os parabéns e agradecimentos a todos os que contribuíram para que o CAO de Souto fosse uma realidade. O seguinte assunto apresentado pelo Senhor Presidente foi a anunciada e prevista extinção da empresa Águas do Noroeste que assim irá dar origem à empresa Águas do Norte. Os municípios abrangidos já se pronunciaram sobre este assunto e muitos votaram contra esta alteração, já que a consideram ilegal e despropositada face à pretendida "harmonização de tarifários" que só trará prejuízos aos municípios e populações. Não se pode ignorar, sublinhou o Senhor Presidente, que relativamente à empresa Águas do Noroeste a assembleia municipal deliberou sobre a sua criação e adesão do município e agora deveria também pronunciar-se sobre o processo de extinção e adesão do município à nova empresa Águas do Norte. -----

----- Precisamente sobre este último assunto interveio, logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal para afirmar que esta mudança no setor da água e saneamento vai trazer problemas financeiros para as populações, pois é quase certo que os custos com a água e o saneamento podem disparar com uma provável privatização no futuro destes serviços e bens essenciais, como a água e o saneamento básico. Não há grandes dúvidas, alertou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, de que se teme pela criação de monopólios para a eventual disponibilidade destes serviços e assim o "futuro não parece risonho". -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a assumir a palavra para informar que a posição assumida pela assembleia municipal sobre este último tema, não vai, infelizmente, alterar nada, até porque o processo já se encontra legislado, mas também é verdade que os órgãos autárquicos deveriam mostrar a nossa indignação com esta situação, já que nunca se deveria fazer das deliberações das

assembleias municipais "tábua rasa", como está a acontecer com a criação da empresa Águas do Norte. -----

----- Aberto um período para discussão do assunto suprarreferido, assumiu inicialmente a palavra o senhor deputado José Alberto Martins que reafirmou a necessidade de ser tomada uma posição da assembleia municipal sobre a discordância relativa à anunciada extinção das Águas do Noroeste. -----

----- De igual modo, o senhor deputado Manuel Sousa afirmou que se existe a possibilidade de demonstrar a posição desfavorável sobre a extinção da empresa Águas do Noroeste e a criação da empresa Águas do Norte, então a assembleia municipal deve fazê-lo nos locais e pelos meios apropriados. -----

----- De seguida e também sobre esta matéria, interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires que começou por afirmar tratar-se de uma questão de princípio, ou seja, se a assembleia municipal foi chamada a pronunciar-se sobre a criação e adesão às Águas do Noroeste, naturalmente deve fazê-lo agora perante a sua extinção. Tal posição, continuou o senhor deputado, deve refletir o interesse e a defesa das populações que veem assim esta "febre de privatizações", imposta pelo atual governo, retirar-lhes muitos direitos, alguns deles a bens essenciais como os que estão aqui em causa. Desta forma, continuou o senhor deputado Filipe Mota Pires, a água torna-se também um negócio para o governo, o que originará um aumento exorbitante dos preços ao consumidor e a assembleia municipal deve fazer tudo o que está ao seu alcance para marcar a sua oposição. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Alexandre Pereira dizendo que e cita-se "quem luta sempre, nem sempre ganha, mas quem nunca luta, perde sempre" e isto a propósito, segundo o senhor deputado, da posição de discordância que esta assembleia municipal deve assumir sobre a extinção das Águas do Noroeste e manifestá-la, pela intenção que existe, mais uma vez, de prejudicar as populações com estas medidas que só visam o lucro. Aliás, frisou o senhor deputado, devem ser sempre tomadas estas posições em relação a tudo, como foi o caso do centro de saúde, do posto dos CTT do Gerês e outras medidas que visam retirar direitos às populações. -----

----- Ainda o senhor deputado Alexandre Pereira e abordando o protocolo entre o Município e a Junta de Freguesia do Campo do Gerês para a cedência da estrutura em Vilarinho da Furna, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se igual intenção não poderia ter sido tomada em relação ao Parque de Campismo do

Vidoeiro, neste caso, ficando a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga a gerir essa estrutura. -----

----- Sobre esta última questão, respondeu de imediato o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que, devido às características específicas de um parque de campismo e à necessidade de grandes intervenções no Parque de Campismo do Vidoeiro, que implicariam um investimento financeiro elevado, o assumir da gestão do Parque de Campismo do Vidoeiro pela Junta de Freguesia local seria um grande problema pelas responsabilidades que teriam que ser assumidas. Por isso, o executivo em permanência decidiu concessionar o Parque de Campismo do Vidoeiro, através de concurso público, a uma entidade privada. -----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para realçar o facto dos encaixes financeiros significativos que o município tem obtido ultimamente com o concurso de espaços que estavam subaproveitados e deu o exemplo do Bar da Marina de Rio Caldo ou do Bar da Fronteira, como dois bons exemplos de exploração económica e criação de emprego pelos privados. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se tendo registado qualquer intervenção. -----

----- Terminado este período de "antes da ordem do dia", entrou-se de seguida nos pontos da Ordem de Trabalhos, que eram os seguintes: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro;** -----
2. **Análise e votação de Proposta de aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro;**-----
3. **Análise e votação de Proposta de delegação de competências sobre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso;**-----
4. **Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze;**-----
5. **Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas do segundo semestre de dois mil catorze.**-----

---- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por apresentar a situação económica e financeira do Município, referindo o montante da receita e da despesa até ao dia dezoito de junho, a saber, o valor da receita é de quatro milhões, setecentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quinze euros e vinte e três cêntimos e o valor da despesa de quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil e quarenta euros e setenta e oito cêntimos. -----

---- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e quatro de abril, data da última sessão deste órgão, e o dia da presente sessão, tendo evidenciado o seguinte: " O Município esteve presente na Feira do Vinho Verde, realizada no Parque de Exposições de Braga e no evento Minho Fest no Mosteiro de Tibães. O Município associou-se e participou na organização de diversos eventos desportivos, culturais e gastronómicos, de que se destacam o Festival de Bandas Filarmónicas de Abril, o Gerês Trail Adventure, o VIII Ultra Trail da Geira, o III Gerês Granfondo Cycling Road, a prova de BTT promovida pela Associação Cultural e Desportiva de Chorense, os torneios desportivos, etc. Destacou-se também a III Feira da Chanfana de Cabra da Ermida e a 2.ª Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês que decorrerá este fim de semana. As atividades do Centro Municipal de Valências mereceram um especial destaque, em particular a distinção pela Direção Geral de Saúde com uma Declaração de Parceiro do Plano Nacional de Saúde, algo realmente exemplar e que comprova a importância e o apoio social do Centro Municipal de Valências, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. No campo social, evidenciaram-se as marchas populares, os projetos envelhecer a sorrir e bem envelhecer. Quanto a obras municipais, de destacar a pavimentação de vias e ruas municipais." -----

---- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se verificou qualquer intervenção. -----

---- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por afirmar ser da competência da assembleia municipal a aprovação desta proposta do novo Plano Diretor Municipal que, de agora em diante, passará a ser um instrumento fundamental de gestão estratégica do território do concelho. O Senhor Presidente fez uma breve apresentação do documento, sublinhando que permitirá um aumento significativo da construção ou implementação de novas edificações ao nível do turismo. Terminou a sua intervenção

agradecendo o empenho e colaboração de todos os técnicos do Município que participaram na elaboração deste documento, sobretudo o Sr. Eng. Jerónimo Correia, dirigente da Unidade de Planeamento e Urbanismo. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, inscreveram-se os senhores deputados Manuel Sousa, do MPT, José Alberto Martins da Coligação Juntos por Terras de Bouro e Filipe Pires do Partido Socialista. -----

----- Assumi então a palavra o senhor deputado Manuel Sousa conforme declaração que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

----- *Em vésperas de fazer 20 anos sobre entrada em vigor do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro, eis que se está a dar por concluída a Discussão Pública na primeira revisão deste importante documento de ordenamento do território concelhio.*

Aproveitámos esta ocasião para louvar e agradecer o trabalho realizado pela Unidade de Planeamento e Urbanismo deste Município, na pessoa do seu Chefe de Divisão, Eng. Jerónimo Correia, que foi o coordenador técnico municipal da proposta de revisão do PDM que agora nos é apresentada.-----

Neste âmbito, de discussão do próprio documento, temos a apresentar as seguintes considerações e, eventualmente, reclamações e, se nos for permitido, as nossas sugestões:-----

- *Do ponto de vista documental estamos perante um documento muito completo e complexo que, acompanhando a evolução na obtenção de imagem de satélite da superfície terrestre, foi possível elaborar, com grande detalhe os planos que acompanham esta revisão. Vão ficar para a história os planos monocromáticos de ordenamento e condicionantes bem como um regulamento que não foi integralmente ratificado pelo governo.*-----

- *Porém, passaram 20 anos e a população de Terras de Bouro sofreu um decréscimo acentuado, agravado pelo seu envelhecimento. Em poucas palavras, as expectativas da população do concelho quanto ao seu futuro são muito baixas pelo que, também esta revisão do PDM ficará no mesmo nível de expectativa quanto àquilo que nos poderá ajudar no futuro.*-----

- *Do ponto de vista da edificabilidade, verifica-se uma diminuição da área do solo urbanizável. Um aumento desta área não classificaria melhor a proposta de revisão em relação à solução que está em vigor, uma vez que dos mais de 4500 edifícios existentes no concelho (segundo dados do relatório da proposta), uma boa parte está*

degradada ou mesmo abandonada. Não será certamente o PDM que irá corrigir esta situação – é necessário um plano de recuperação das edificações dos meios rurais e urbanos acompanhados de políticas de incentivo ao emprego produtivo, viável e duradouro.-----

- Do ponto de vista de condicionantes e servidões administrativas, a matriz de planos, regulamentos e restrições é muito densa e por vezes confusa, como perfeitamente sabemos, tendo-se conseguido, com esta proposta, isolar as zonas neutras (edificáveis e permissivas a atividades económicas). O problema reside na qualidade da área edificável e sua propriedade, que trás consigo a especulação imobiliária e, para quem aqui quer residir ou fomentar uma atividade económica é “empurrado” para fora do concelho.-----

- Quanto à questão regulamentar, único mecanismo que poderia dar algum “espaço” ou margem de manobra à atividade económica e social do concelho, em certo sentido estrangula ou condiciona, algum foco de desenvolvimento que os particulares queiram realizar, sobretudo nos espaços e aglomerados rurais. Senão vejamos:-----

- Artigo 21.º, ou o artigo 38.º, por exemplo, o índice de máximo de utilização do solo (IU) obriga à posse de um terreno, no mínimo de 2500 m², para poder edificar 100 m² (o plano em vigor tem uma proposta pior). Qual o motivo, se a RAN, a REN ou outra servidão administrativa já por si só limitam a edificabilidade? No nosso entendimento é preferível limitar desde logo a área de construção. Esta norma discrimina proprietários em função da dimensão da sua própria propriedade e penaliza-os em termos fiscais (veja-se as avaliações do CIMI).-----

- Os espaços de atividades económicas, impõe, conforme leitura do artigo 62.º, sujeição a um plano de pormenor ou sujeição à discricionariedade da própria administração municipal. Esta condicionante por si só afasta qualquer iniciativa económica apresentada pelos seus proponentes face aos custos que isto acarreta.

- Artigo 14º Requisitos mínimos de aptidão para edificar, no ponto a) onde indica: “A sua dimensão, configuração e características topográficas sejam adaptadas ao aproveitamento previsto em boas condições de funcionalidade e economia”, não é claro em relação ao ponto de funcionalidade e economia.-----

- Artigo 17º Exigência de infraestruturação, no ponto 5 refere: “As cedências de terrenos, ainda que a título gratuito, para abertura de novas vias ou alargamento e retificação das existentes não são por si constitutivas de quaisquer direitos de edificação nos terrenos confinantes ou de expectativas da sua futura viabilização, nomeadamente em sede de alteração ou revisão dos planos municipais de

ordenamento do território aplicáveis." – Neste ponto, consideramos que as situações devem ser analisadas de forma isolada, tendo em conta que em algumas situações podem existir benefícios para a utilidade pública na cedência de terrenos.-----

- Artigo 19º Demolição de edifícios, no ponto c) indica: "Se verificar manifesta degradação do seu estado de conservação, e desde que se considere que a sua recuperação não é tecnicamente possível ou economicamente viável;" – consideramos que deve ser claro em relação à avaliação económica. Quem realiza a avaliação económica e quais os critérios utilizados? Além disso, é importante questionar em que situações podem ser demolidas perante as posições dos proprietários, sociedades ou herdeiros? -----

- Artigo 37º Equipamentos públicos ou de interesse público e instalações de recreio e lazer, ponto b), "Número máximo de 3 pisos acima do solo" – qual o motivo para os edifícios públicos e instalações de recreio podem ter até 3 pisos acima do solo, quando os empreendimentos turísticos das tipologias de hotel rural estabelecimento hoteleiro, aldeamento turístico ou conjunto turístico podem ter até dois pisos acima do solo? -----

- Os mecanismos per equativo, do artigo 88.º e seguintes, bem como o artigo 93.º não nos parecem ajustados à dimensão social e humana deste concelho.-----

Artigo 102º Estacionamento privativo das edificações, relacionado com o Estacionamento privativo das edificações, consideramos ser necessária uma revisão do número de lugares obrigatórios para as várias situações, sobretudo as relacionadas com estabelecimentos comerciais, hoteleiras e salas de espetáculo e recintos desportivos, que se encontram subdimensionados para as necessidades de cada uma das situações. -----

Por esta razão, também entendemos que este regulamento deveria ser debatido em sede de Assembleia Municipal, numa sessão com ponto único, com a presença dos vários agentes políticos e agentes técnicos que elaboraram o plano.-----

----- Fim de transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. -----

----- Por fim, interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires que começou por fazer uma retrospectiva do processo de revisão para o novo PDM e, sem dúvida, que se demorou imenso tempo até chegar o dia de hoje, não deixando, como deputado do Partido Socialista, de ressaltar este processo de revisão. Claro que não resolve tudo, mas abre e perspectiva situações diferentes das que se viviam até aqui e deu como exemplo as expectativas que poderão agora surgir para o terreno da Pedreira, na

freguesia do Campo do Gerês, agora reclassificado como área de possível intervenção turística, o que, obviamente, se saúda, como se saúda o aumento significativo da área para empreendimentos turísticos. Realçou também o senhor deputado o facto da questão da edificação dispersa ser bem sucedida e enalteceu a determinação do executivo em permanência na concretização da revisão do PDM. O senhor deputado Filipe Mota Pires quis também deixar uma palavra de apreço pelo trabalho da Divisão de Planeamento e Urbanismo, em particular na pessoa do seu responsável, Engenheiro Jerónimo Correia. -----

---- A Proposta de aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Terras de Bouro foi então colocada a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Movimento Partido da Terra. -----

---- Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos - análise e votação de proposta de delegação de competências no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso - o senhor Presidente da Câmara informou que a apresentação desta proposta deriva da aplicação de imperativos legais que assim o exigem, tendo explicitado esses imperativos e a necessidade de agilizar alguns procedimentos contratuais. -----

---- Não se registaram pedidos de intervenção sobre este ponto e a Proposta de delegação de competências sobre a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso foi colocada a votação e aprovada por maioria, com o voto contra do senhor Manuel Sousa, deputado do MPT. -----

---- Logo de seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto da ordem de trabalhos, passando a palavra ao senhor Presidente da Câmara que informou que esta revisão decorre da criação de uma rubrica financeira para concessão de apoio financeiro às juntas para despesas de investimento.-----

---- Também não se registaram pedidos de intervenção sobre este ponto e colocado à votação, o quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado unanimidade. -----

---- Por último foi colocado à consideração e apreciação o quinto ponto da Ordem de Trabalhos - *Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas do segundo semestre de 2014* - e sobre o mesmo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para referir que o assunto deste relatório já foi abordado aquando da apresentação das contas do Município relativas ao ano de dois mil e catorze, aprovadas pela Assembleia Municipal no passado mês de abril. Contudo, e centrando-se no documento em análise, o Sr. Presidente referiu que Município evidenciou, quando comparado com o ano anterior, uma redução na capacidade de satisfação das suas obrigações exigíveis

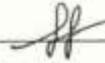
a curto prazo, a qual se encontra refletida na evolução do rácio de liquidez geral, embora este indicador se mantenha em níveis satisfatórios. Verifica-se também no relatório, afirmou o Senhor Presidente, que o município cumpriu em todas as fases do duplo equilíbrio previsto no POCAL dado que os recursos cobrem todas as despesas e as receitas correntes são superiores às despesas correntes. Além de outros dados constantes do relatório, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aludiu também ao facto de que, em termos globais, verifica-se uma taxa de execução da receita em oitenta e quatro por cento, a qual em termos percentuais é idêntica à taxa de execução da despesa que é também de oitenta e quatro por cento. A execução orçamental das despesas correntes e da receita corrente foi conseguida em oitenta e seis por cento e cento e três por cento, respetivamente, tendo desta forma as receitas correntes conseguido financiar as despesas correntes na sua totalidade. -----

----- Relativamente ao último ponto registaram-se as inscrições, para respetiva intervenção, dos senhores deputados Manuel Sousa, do *MPT*, e José Alberto Martins da Coligação Juntos por Terras de Bouro. -----

----- Assumiu então a palavra o senhor deputado Manuel Sousa conforme declaração que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

----- *De uma forma geral o relatório referente ao 2º semestre de 2014 demonstra que as contas da autarquia cumprem os mínimos exigidos para se encontrarem em conformidade. Porém, em análise detalhada ao relatório e tendo como base o Documento de Prestação de Contas de 2014, a que votei contra, mantenho a posição manifestada, em sessão de Assembleia de 24 de Abril de 2015. Por isso, relembro que me preocupa o aumento de dívida de terceiros de curto prazo, na ordem dos 39 mil Euros, como aqui já foi referido. Para surpresa, quando na reunião de Assembleia em que foi apresentado o relatório do auditor, referente ao 1º semestre, o senhor Presidente distribuiu aos presentes uma tabela para mostrar a preciosa recuperação de valores junto de munícipes, que pelo presente relatório não demonstrou resultados tão positivos quanto o desejado.*-----

Em relação a dívidas a terceiros, o presente relatório identifica que existiu uma quebra de 243 mil Euros; sabemos bem que isso se deve essencialmente à amortização de despesas de capital, mas a dívida a fornecedores necessitam de um controlo mais apertado como já tive oportunidade de referir. Além disso, analisando a página quatro, é preocupante a colocação de faturas em 2014 por valores gastos em 2013. Refere o relatório 124 mil Euros. Sabemos que isto não é legal como o próprio relatório refere.



Como podem valores de 2013 aparecer mencionados apenas no relatório do segundo semestre, tendo sido omitido no relatório do primeiro semestre. Apareceram os valores misteriosamente agora. Devemos considerar preocupante o aumento dos custos operacionais que atingiram um resultado operacional negativo de 1.406.919 Euros comparativamente a 2013. O presente relatório prova o que afirmei na sessão passada, na aprovação de contas de 2014, no que se refere a custos com o pessoal com a variação de 1,27% e que representa 43% dos custos e perdas de 2014. Pior, na pág. 15, na tabela referente aos rácios da estrutura da despesa existem duas linhas referentes a despesas com o pessoal, uma de 43% e outra de 76%. Por aqui concluo que as transferências da Administração Central servem apenas para pagar despesas com pessoal, enquanto que toda a restante gestão fica dependente dos outros tipos de receitas (21%). Estes números, a meu ver, provam o que sucessivas vezes tenho manifestado nesta Assembleia. Façam a interpretação destes números como desejarem, mas a posição do MPT é que não estaremos assim tão bem quanto se pensa. Não basta um mero exercício matemático para que os totais sejam corretos aos olhos do auditor. -----

---- Fim de transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.

----- De seguida usou a palavra o senhor deputado José Alberto Martins conforme declaração que, de seguida, se transcreve também na íntegra:-----

Relatório do Revisor Oficial de Contas-----

Após a apresentação do Senhor Presidente, -----

Não estamos tão otimistas como o Senhor Presidente. O relatório confirma aquilo que anteriormente já tinha sido denunciado por nós a cerca da especialização dos exercícios. Por outro lado, os rácios de liquidez geral e liquidez imediata desceram muito, ou seja, reduziu a capacidade de satisfazer compromissos na ordem cerca de 50%. Por último, não é admissível que por um erro informático, parte das amortizações não foram calculadas, com o conseqüente prejuízo para a análise comparativa.-

---- Fim de transcrição e conseqüente intervenção do senhor deputado José Alberto Martins. -----

----- Ainda sobre o último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não comentou as intervenções anteriores uma vez que já apresentou e justificou as contas do Município relativas a dois mil e catorze na assembleia municipal de abril. Contudo, salientou que os resultados constantes do relatório do Revisor Oficial de Contas só são possíveis com uma gestão cuidada e realista dos recursos do Município. -----

---- Sendo vinte e quatro horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

Paulo Augusto Sousa